

Bases sociais do PT e do bolsonarismo

SERGIO SIMONI JUNIOR ¹

TORNOU-SE lugar-comum dizer que as eleições presidenciais de 2018 e 2022 são uma expressão e um reforço de uma polarização que grassaria não apenas a vida política, mas a vida social brasileira (Nunes; Traumann, 2024). Se desde há muito o petismo e o lulismo são um dos polos de organização do mundo político – sendo o segundo uma identidade que abarca, mas vai além da primeira –, parte do também antigo antipetismo desembocou nos últimos anos em uma identidade positiva com o bolsonarismo.¹

Diversos esforços, com as mais diferentes abordagens teóricas e dados empíricos, foram realizados buscando verificar as características do lulismo e do bolsonarismo, e logo, da suposta polarização.² A longa construção organizacional do PT como uma âncora do sistema partidário, ensejando apoiadores e opositores (Samuels; Zucco Jr., 2018); os efeitos socioeconômicos e eleitorais das políticas sociais implementadas nos governos deste partido (Souza et al., 2019; Simoni Jr., 2022); os impactos dos escândalos de corrupção – com Operação Lava-Jato à testa – nas visões do público sobre a democracia e suas instituições (Baptista; Telles, 2018); as flutuações positivas e negativas do cenário econômico (Campello, 2022); o crescimento da importância das pautas ideológicas e morais (Fuks; Marques, 2020) muitas vezes associadas às transições religiosas e o crescimento dos evangélicos (Almeida, 2019; Araújo, 2022); as mudanças da esfera comunicacional e o fortalecimento do mundo digital (Mundim et al., 2023; Rocha et al., 2021), dentre outros elementos, contribuiriam para explicar a força do PT e seu principal líder Luís Inácio Lula da Silva, bem como de seu principal adversário, Jair Bolsonaro. Esses fatores endógenos, ademais, não podem obliterar a dimensão internacional, dado que a vitória de Bolsonaro em 2018 contra Fernando Haddad (PT) se deu *pari passu* ao fortalecimento de partidos e candidatos da direita radical ao redor do mundo (Mudde, 2022).

A derrota de sua tentativa de reeleição em 2022 parece não ter alterado o cenário de que, no plano da disputa política nacional, petismo e bolsonarismo continuam dominantes, sem prevalência discernível de uma das forças sobre a outra. O cenário que se desenha para 2026 parece mais um capítulo desse enredo.

Quais são as bases sociais do PT e de Bolsonaro? Essa questão remete a um tema clássico na ciência política. Na literatura internacional, ressalvas importantes foram colocadas sobre a pertinência atual da tipologia tradicional de que partidos de esquerda se assentariam nos setores mais pobres e partidos de

direita nas classes mais abastadas (Lipset, 1967). Alguns trabalhos argumentam que a base das legendas da direita radical seriam eleitores de classe média baixa, residentes em localidades estagnadas ou que sofreram crises econômicas (Hochschild, 2016). Em paralelo, certas abordagens defendem que os partidos de esquerda, ao adotarem determinadas bandeiras no âmbito da moralidade, teriam abandonado sua classe tradicional trabalhadora, defensora da redistribuição econômica, mas conservadora em termos de “costumes” (Piketty, 2019).

O caso brasileiro nesse âmbito apresenta elementos interessantes ainda não totalmente escrutinados pelos estudos especializados. É amplamente conhecido e ressaltado que a correlação entre voto e classe se tornou mais nítida – e no sentido da tipologia clássica – a partir da eleição presidencial de 2006, com o PT assentando sua força entre os eleitores mais pobres, moradores do Nordeste e das cidades mais precárias. Cabe sublinhar que essa caracterização leva em conta tanto variáveis individuais, quanto geográficas/contextuais³ (Gelman et al., 2009; Agnew, 1996).

Pouco sabemos, no entanto, em que medida esse padrão se manteve em 2018 e em 2022, ainda mais quando se considera que foi durante o governo Dilma Rousseff (PT) que o Brasil passou por grave crise econômica, inclusive fomentando o *impeachment* no começo do segundo mandato da presidente petista. Como apresentarei melhor adiante, as análises correntes sobre essas disputas apresentam resultados divergentes. Enquanto a maioria dos trabalhos argumenta que Bolsonaro logrou maior inserção entre os mais ricos e nas localidades mais desenvolvidas na disputa que o alçou ao Palácio do Planalto, outros analistas chamam atenção que contingentes importantes de antigas bases apoiadoras de Lula transferiram-se para o bolsonarismo. Além disso, a análise política tende a considerar que em sua tentativa de reeleição o então presidente teria aumentado sua votação entre eleitores mais pobres habitantes dos locais mais destituídos – mudança que repetiria um padrão histórico de *governismo* popular nas eleições brasileiras – e diminuído em setores das classes mais abastadas dos grandes centros, supostamente mais críticas de sua atuação na pandemia e/ou de seus ataques às instituições democráticas.

No entanto, até o momento têm-se poucos estudos de fôlego sobre o pleito de 2022, e mesmo a vasta literatura sobre 2018 apresenta limitações metodológicas. Os estudos estão baseados exclusivamente ou na distribuição geográfica de votos por municípios, ou, especialmente, nos microdados de *surveys* eleitorais. Ainda que tenham diversas vantagens, ambos tipos de informações têm suas limitações.⁴ Os primeiros, de caráter ecológico, não são capazes de indicar a distribuição de votos interna aos municípios (Robinson, 1950). Assim, é possível que um partido seja bem votado em um município rico, mas o seja por seus moradores mais pobres. Os segundos, baseados em informações sobre indivíduos, perdem os elementos do contexto geográfico (Katz; King, 1999, p.15). Por fim, pouco sabemos sobre o perfil do eleitor que mudou seu voto

entre 2018 e 2022, dimensão essencial para entender a alternância no poder federal entre as duas forças dominantes da política brasileira.

Este artigo pretende contribuir para essa discussão lançando mão de um tipo de análise de dados original. Examinamos a relação entre voto para presidente em 2018 e 2022, e a migração entre ambas as eleições, a partir de informações desagregadas por urna (tecnicamente, seção eleitoral).⁵ A eleição de 2018 contou com mais de 450 mil urnas espalhadas pelo Brasil. Em 2022, quase 500 mil estavam em operação. Em ambos os casos, cada seção continha em média cerca de 300 eleitores.

Além dos votos concedidos para cada candidato, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) disponibiliza o grau de escolaridade dos eleitores aptos por seção, variável que é utilizada aqui como medida de posição socioeconômica do eleitor. Ainda que não se trate propriamente de uma informação individual, é o menor nível possível de agregação de informações oficiais das eleições brasileiras.

A dimensão contextual, por sua vez, é captada por meio da distribuição das seções entre os municípios, agrupados segundo o tamanho da economia local e sua distribuição nas macrorregiões brasileiras. Assim, é possível verificar se a relação entre escolaridade e voto varia de acordo com características socioeconômicas geográficas. Logo, o modelo analítico proposto avança as análises correntes ao permitir conjugar elementos micro e macro para identificação da base dos partidos.

Os resultados indicam que Bolsonaro recebeu maior apoio nas seções com menor proporção de eleitores com baixa escolaridade e nos municípios e regiões mais ricos, tanto em 2018 quanto em 2022. Além disso, ainda que as estimativas mostrem que o então incumbente de fato perdeu apoio nas urnas com média mais elevada de perfil social e melhorou seu desempenho nas seções de perfil oposto na sua tentativa de reeleição, o fez especialmente nas cidades mais ricas e sem alterar a direção da associação. Logo, os contornos sociais da disputa partidário-eleitoral brasileira se mantiveram mesmo após a crise econômica que precedeu o *impeachment* de Dilma e mesmo após a subida e o exercício do poder pelo bolsonarismo.

Após essa introdução, discuto, de forma breve, as principais análises sobre as bases sociais do lulismo e do bolsonarismo, notando as contradições, lacunas e insuficiências. Posteriormente, apresento os dados e métodos utilizados, para enfim expor a análise empírica. As conclusões, além de apresentarem as limitações do trabalho, fazem uma síntese e indicam caminho para pesquisas futuras.

O que sabemos sobre o perfil do eleitor de Lula e de Bolsonaro?

Os estudos sobre as bases sociais e geográficas das primeiras eleições presidenciais da Nova República, utilizando tanto dados ecológicos quanto individuais, caracterizavam a base de Lula e do PT como sendo composta por grupos de alta ou média renda e escolaridade, moradores dos grandes centros urbanos do Sudeste e do Sul (Hunter; Power, 2007; Carreirão; Kinzo, 2004). O partido teria dificuldade de atingir as pessoas mais vulneráveis do país, sejam as habitantes

das cidades pequenas do interior, sejam os trabalhadores informais dos grandes centros, distantes dos sindicatos e dos movimentos sociais próximos do petismo. Notável nesse contexto é a passagem de Singer (1990, p.136) sobre a disputa presidencial de 1989, na qual Lula chegou ao segundo turno contra Collor de Melo, quando afirma que “[s]e dependesse dos brasileiros mais ricos e com maior nível educacional, o presidente da República hoje [em 1990] chamar-se-ia Luiz Inácio Lula da Silva”.

De acordo com essa visão dominante, apenas a partir do pleito de 2006 que a votação do PT teria correlação negativa com o nível socioeconômico individual e contextual, fruto das políticas sociais como Programa Bolsa Família, Luz Para Todos e a valorização do salário-mínimo, e da saída de setores de classe média afeitos à questão da corrupção. Na visão de Singer (2012), essa configuração teria feito emergir o lulismo, e evidências mostram que esse padrão social e geográfico do voto se mostrou presente também em 2010 e 2014 (Marzagão, 2013; Ribeiro, et al., 2016; Alkmim; Terron, 2022)

Os estudos das eleições presidenciais de 1989 a 2014 focalizaram-se na feição e na dinâmica das bases do PT. É como se a base de seu adversário, Collor em 1989 e PSDB nos demais pleitos, se conformasse pela rejeição, pelo inverso ou pelo resíduo da construção empreendida pelo PT (Singer, 2012).

Essa visão se alteraria, em parte, em 2018. A emergência de Bolsonaro, ex-capitão do Exército, com mais de 30 anos de mandato parlamentar sem nenhuma expressão politicamente relevante, apresentando uma plataforma de direita radical e atraindo manifestações de apoio e identificação para além do voto, fez a comunidade acadêmica se voltar para compreender as bases que lhe dariam lastro (Nicolau, 2020; Feres Jr., 2025).

Diversos trabalhos utilizaram dados de *survey* para captar fatores atitudinais e socioeconômicos que dariam base ao bolsonarismo. Algumas das hipóteses recaíram sobre as temáticas ressaltadas pelos próprios discursos do presidente eleito em 2018. Ressentimentos de homens brancos evangélicos contra o suposto avanço de pautas culturais progressistas ligadas às questões de gênero e de raça colocaram a agenda de pesquisa do caso brasileiro diretamente ligada às pesquisas internacionais sobre o avanço da direita radical (Norris; Inglehart, 2019) – sem menosprezar especificidades nacionais, como a questão militar. Amaral (2020); Guedes-Neto (2020); Layton et al. (2021); Setzler (2020) Renó (2020; 2022); Valente e Borba (2023), dentre outros, destacam a importância dessas clivagens sociais, associadas a posicionamentos políticos, para a conformação do voto em Bolsonaro em 2018.

Se essa caracterização é praticamente unânime,⁶ o mesmo não se pode dizer acerca das dimensões socioeconômicas e mesmo geográficas do voto, particularmente em 2022. Na verdade, quando se inspeciona com atenção os resultados de diversos estudos, encontram-se resultados díspares, muitas vezes pouco enfatizados na discussão da literatura.

Se, de um lado, Almeida e Guarnieri (2020) e Valente e Borba (2023) indicam que o eleitor de Bolsonaro tende a ter maior renda e escolaridade, e inclusive enfatizam que esse perfil não é o típico do eleitor da direita radical em outros países, Singer (2021) afirma que para compreender a emergência do bolsonarismo é importante considerar a reativação do conservadorismo popular. Em toda semelhante, Pinheiro-Machado e Scalco (2018), lançando mão de etnografia, e Junge et al. (2023) argumentam que ao menos parte da base do bolsonarismo seria composta por setores que anteriormente ascenderam de renda e apoiaram os governos petistas, mas se voltaram contra o partido de Lula por motivos ideológicos e/ou como retaliação à crise econômica do governo Dilma.

Interessantemente, os resultados de Layton et al. (2021) indicam associações contraditórias de renda e escolaridade: enquanto a primeira está positivamente relacionada ao voto em Bolsonaro em 2018, a segunda o está negativamente. Nos modelos de Setzler (2020), por sua vez, tanto renda quanto escolaridade sequer são estatisticamente significativos. Rennó (2020, p.15) chega a afirmar que *“The fact that demographic and socioeconomic controls are not so relevant indicates the cross-cutting nature of Bolsonaro’s support, across age, education, income, gender, and even religiosity”*.

Quanto à distribuição geográfica dos votos, se estudos já mostraram que existe grande semelhança entre a base municipal de Bolsonaro em 2018 e o antigo desempenho do PSDB (Alkmim; Terron, 2022; Braga; Zolnerkevic, 2020), alguns analistas, como Nunes e Trauman (2024, p.26) e Guimarães et al. (2025), apontam para um quadro mais complexo em 2022, dado a queda do desempenho do candidato à reeleição nos grandes centros, especialmente do Sudeste – talvez críticos à condução que Bolsonaro desempenhou na pandemia e às suas ameaças à democracia, e sua ascensão nas menores cidades, supostamente devido aos programas sociais direcionados ao eleitorado mais pobre.

Esse diagnóstico ressoa parte da discussão que argumentara que a suposta mudança de base eleitoral que Lula engendrou em 2002 e 2006 seria, na verdade, um fenômeno recorrente no Brasil: políticos seriam eleitos inicialmente com maior votação nos estratos e regiões mais desenvolvidos, para depois, com a caneta da máquina governamental na mão, exibirem uma base formada principalmente pelos setores mais pobres. Essa trajetória, exemplificada também pelo (P)MDB no momento da ditadura e da transição, é considerada uma expressão do governismo (Zucco, 2008, 2010; Canêdo-Pinheiro, 2015) ou *qualunquismo* (Melo, 2014) típico de países supostamente mais atrasados politicamente como o Brasil. Examinar o caso Bolsonaro sob esse prisma é interessante, ainda mais pela ausência de análises mais detidas sobre o pleito em que esse falhou na sua tentativa de reeleição.

Esses resultados contraditórios e lacunas analíticas indicam a importância de novas investigações para averiguar as bases sociais e geográficas do lulismo e do bolsonarismo em 2018 e 2022, levando em consideração, ademais, as interseções entre essas dimensões.

Dados e metodologia

A principal base de dados utilizada neste artigo são os votos e o grau de escolaridade desagregados por seção eleitoral. São analisados os resultados do segundo turno de 2018 disputado por Bolsonaro e Haddad, e de 2022, disputado por Bolsonaro e Lula.

Trabalhar com esse nível de dados é uma estratégia analítica valiosa, pois, além de se tratar da informação ao nível mais desagregado possível, permite, diferentemente dos *surveys*, manter a localidade dos eleitores como uma variável importante. Ou seja, possibilita, de certa forma, interagir os níveis macro e micro (ainda que não se tenha informações propriamente sobre os indivíduos).

Como mensuração de perfil social micro, utilizo a porcentagem de eleitores inscritos em cada urna que se declara analfabeto, que sabe ler e escrever, mas que não tem instrução formal, e os eleitores que têm ensino fundamental incompleto. Essa informação consta do Cadastro Eleitoral, e é fornecida pelo eleitor no momento da inscrição ou da transferência de seu título eleitoral.⁷

Em média por seção, cerca de 40% e 35% dos eleitores em 2018 e 2022, respectivamente, apresentam esse perfil, que denominei neste texto como sendo o eleitorado de baixa escolaridade ou baixa renda, de forma intercambiável.

O perfil socioeconômico macro é dado pelas informações dos municípios aos quais cada urna está localizada, especificamente, o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* em 2018 e 2022, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), bem como a macrorregião a que pertence: Nordeste, Sudeste, Sul, Centro-Oeste e Norte. Com relação ao primeiro tipo de dado, dividi os municípios em quintis de acordo com seu nível de desenvolvimento, sendo o primeiro composto pelos 20% mais pobres, o segundo pelos 20% seguintes, e assim por diante. Dessa forma, é possível verificar se a correlação entre votação e taxa de eleitores de baixa escolaridade é diferente a depender das características contextuais.

Por fim, realizei o pareamento entre as urnas que funcionaram tanto em 2018 quanto em 2022 e verifiquei a mudança no patamar de votos que Bolsonaro logrou nesses dois pleitos. Assim, investiguei em que medida ganhos e perdas estão correlacionados com o nível socioeconômico das urnas e dos municípios, permitindo um tipo de análise até agora não feita na literatura especializada.

A metodologia aplicada são modelos de regressão linear. Primeiro, verifico a relação entre escolaridade nas urnas e voto em Bolsonaro em 2018 e 2022, e na mudança de voto entre as duas disputas. Depois, analiso como essa relação variou considerando as regiões brasileiras por meio de interações. Posteriormente, faço a mesma operação considerando o nível de riqueza do município com os quintis do PIB *per capita*.

Trata-se de modelos deliberadamente simples que omitem possíveis variáveis importantes, mas que avançam o conhecimento sobre os parâmetros da disputa presidencial brasileira recente ao lançar mão, de maneira original, de informações socioeconômicas básicas de diferentes níveis.

Para facilitar a visualização dos resultados das regressões com interações, apresento gráficos de valores preditos e de efeitos marginais. Os resultados completos estão no Anexo.

Resultados

Como mostra a Tabela 1, tanto em 2018 quanto em 2022 a votação do Bolsonaro esteve negativamente correlacionada com a proporção de baixa escolaridade nas seções. Especialmente na eleição que se saiu vitorioso, Bolsonaro obteve, em média, menos votos que Haddad nas urnas com maioria de eleitores pobres. Assim, nesse ponto os resultados se alinham à parte da literatura que afirma que a base do bolsonarismo é diferente do padrão da direita radical globalmente, assentada na classe média baixa. Ademais, sublinham a força do PT no eleitorado mais pobre.

Tabela 1 – Regressão linear com baixa escolaridade por urna como variável independente

	% Bolsonaro 2018	% Bolsonaro 2022	Δ % Bolsonaro 2022-2018
% Baixa escolaridade	-0.601*** (0.001)	-0.489*** (0.001)	0,205*** (0.0005)
Constante	78.413*** (0.062)	65.633*** (0.052)	-12.906*** (0.022)
<i>N</i>	448.827	460.083	422.606
adj. <i>R</i> ²	0.2952	0.2342	0.2392

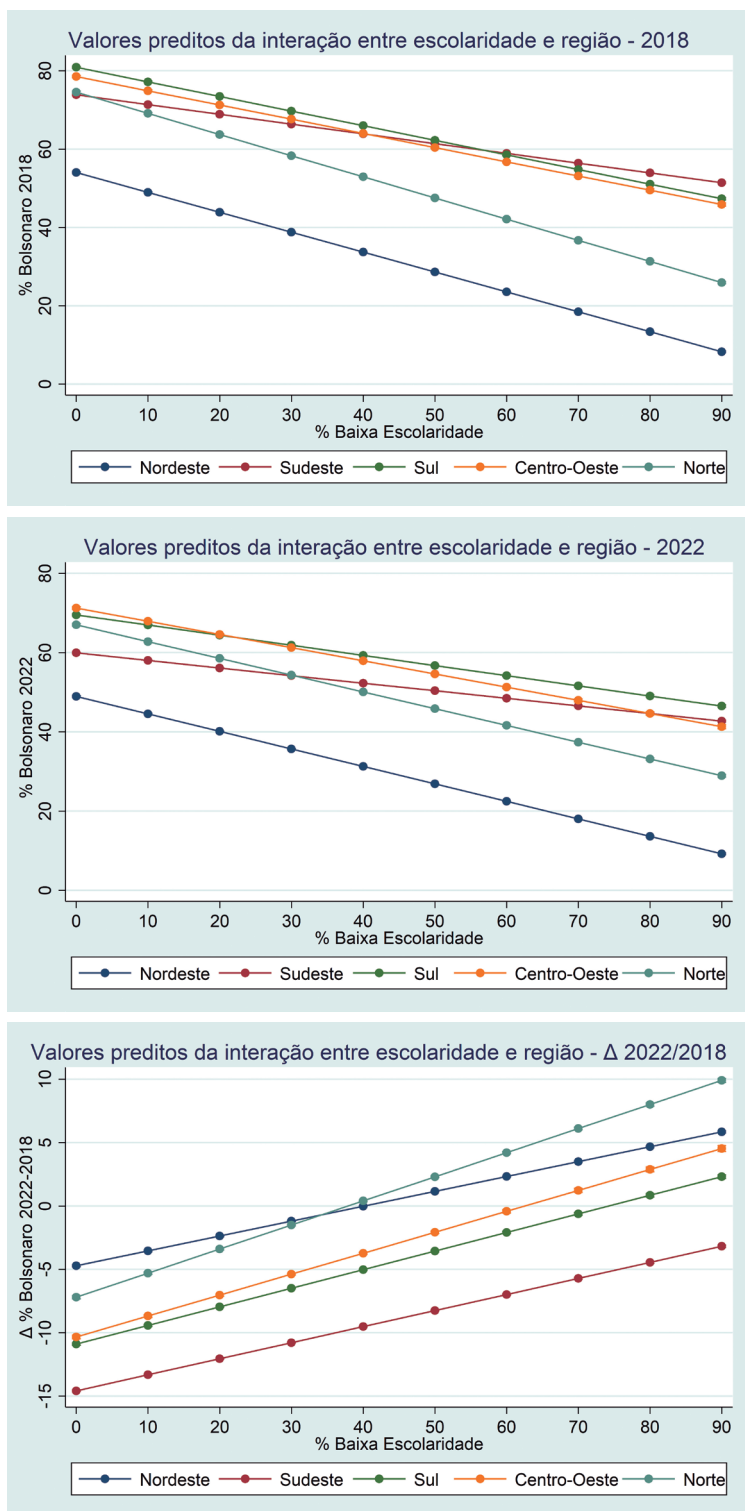
Erros-padrões em parênteses. * $p < 0.1$, ** $p < 0.05$, *** $p < 0.01$

Fonte: Elaboração própria.

Em 2022, no entanto, essa correlação negativa foi menos acentuada. Falando de outra forma, a votação do então mandatário foi menos dependente do nível socioeconômico micro. Como mostra a estimativa que tem a variação da proporção de votos como variável dependente (última coluna), Bolsonaro melhorou seu desempenho nas urnas com menor escolaridade depois de exercer seu mandato.

Estaríamos diante de uma nova expressão do velho fenômeno do governo ou do *qualunquismo* que também se manifestara com Lula em 2026? Primeiro, importante notar que a magnitude da mudança em Bolsonaro foi muito menor e, notadamente, não suficiente para reverter a correlação negativa. Além disso, como mostrarei a seguir, essa mudança ocorreu mais fortemente nas localidades mais ricas, diferentemente do que ocorrera com o lulismo.

O Gráfico 1 mostra os valores preditos de regressões que aplicam a interação entre a variável baixa escolaridade com as macrorregiões nas quais as urnas estão localizadas, tanto para os dados de 2018 e 2022, quanto para a diferença da votação de Bolsonaro entre os dois anos.

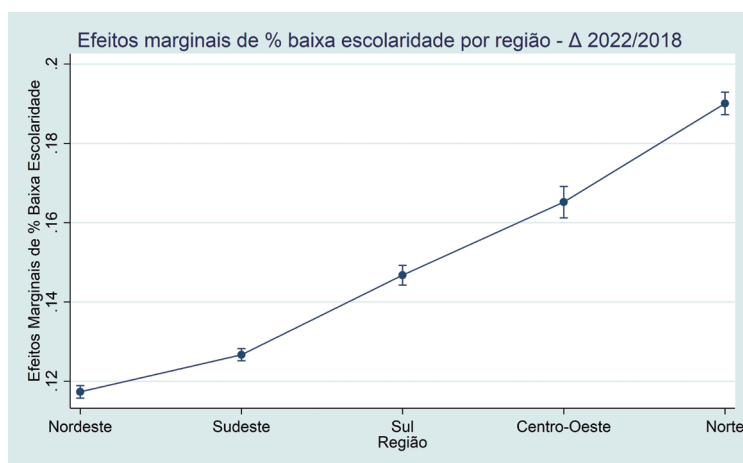


Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 1 – Valores preditos da regressão linear com interação entre baixa escolaridade por urna e macrorregião.

Novamente, é possível verificar tendências similares nos dois períodos. O desempenho de Bolsonaro foi tão pior quanto mais vulnerável o nível médio do eleitor inscrito na urna em todas as regiões. O Nordeste se destaca das demais por conferir menor apoio ao representante da direita radical: mesmo nas seções altamente escolarizadas em 2018, Bolsonaro mostrou dificuldades em conquistar maioria dos votos. Ademais, foi nessa região mais precária do Brasil e base do petismo que se observou a maior diferença na votação entre urnas com mais eleitores ricos e urnas com mais eleitores pobres, especialmente em 2022. Foi no Sudeste, por sua vez, onde o efeito da escolaridade foi mais fraco, principalmente naquele mesmo ano.

Como mostra o Gráfico 2 que plota os efeitos marginais, os ganhos que Bolsonaro obteve entre os mais pobres em 2022 se deram sobretudo, em termos marginais, nas regiões Norte e Centro-Oeste. No entanto, cabe destacar que no Sudeste e no Sul, locais mais ricos do Brasil e onde o lulismo tem menor entrada, o bolsonarismo já tinha obtido um desempenho melhor em urnas com essas características em 2018, limitando, por assim dizer, a possibilidade de diminuir as perdas nesse perfil do eleitorado.

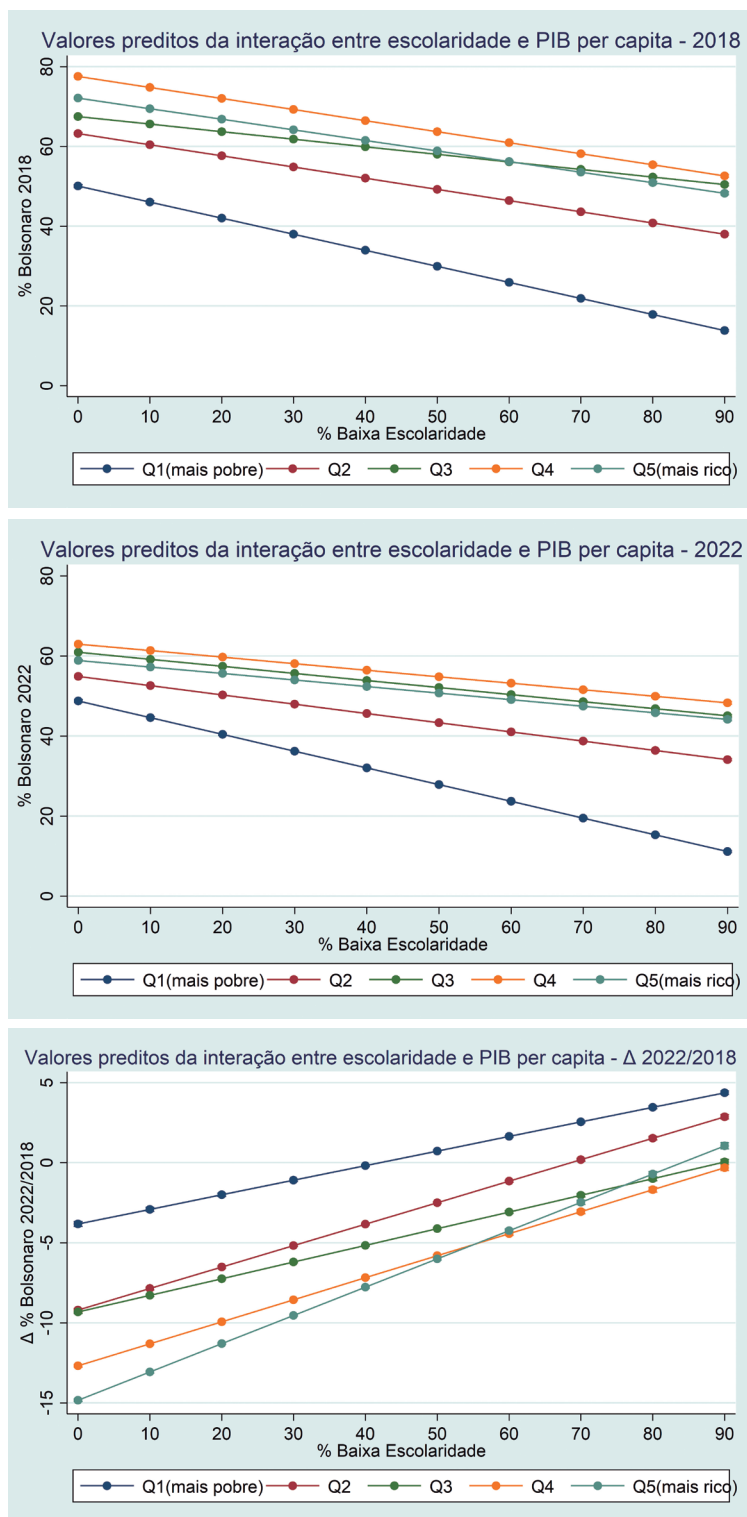


Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 2 – Efeitos marginais da baixa escolaridade na interação com região.

Analisando esses resultados do ponto de vista da base socioeconômica inversa, é possível verificar que Bolsonaro obteve largas vantagens nas seções com alta escolaridade no Sudeste, Sul, Centro-Oeste e Norte em 2018, logrando menos sucesso nesse perfil sobretudo no Sudeste em 2022.

Ainda que um olhar sobre as regiões seja importante sociológica e politicamente, sabe-se que essas não expressam adequadamente os níveis socioeconômicos dos territórios. Assim, o Gráfico 3 mostra a relação entre os dados micro das urnas e os níveis macro de PIB *per capita* dos municípios.

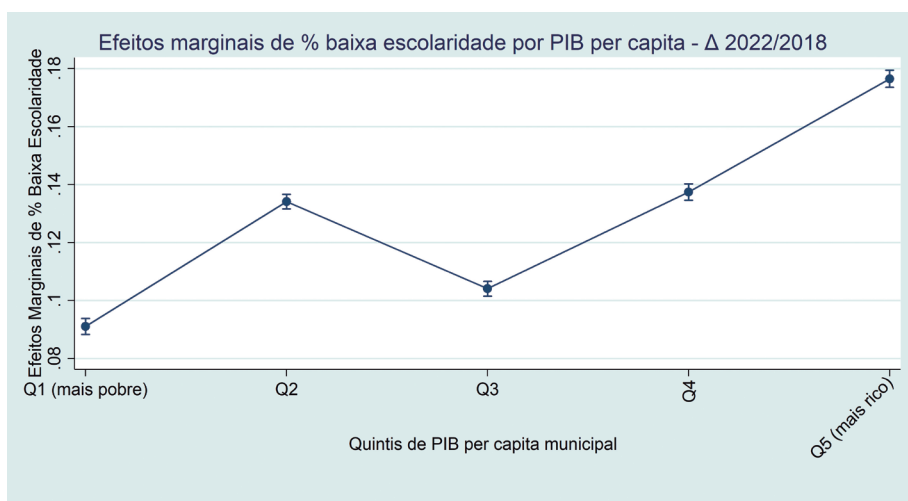


Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 3 – Valores preditos da regressão linear com interação entre baixa escolaridade por urna e quintis de PIB *per capita*.

Os municípios situados no penúltimo e aqueles que se encontram no primeiro quintil crescente de renda são os que Bolsonaro apresentou, respectivamente, melhor e pior desempenho nas duas disputas, independente do patamar escolar das urnas. Em outras palavras, eleitores de cidades de riqueza média-alta, independentemente de seu nível social, tenderam a apoiar mais Bolsonaro, ao passo que eleitores de cidades mais pobres, independentemente de seu nível social, a apoiar mais os candidatos do PT.

Ainda que nessas localidades Bolsonaro chegou a obter um saldo líquido positivo na diferença entre os dois períodos nas urnas com menor escolaridade, o Gráfico 4 assinala que seu ganho marginal foi maior nas localidades mais ricas – 5º quintil – pois também foi nesses mesmos lugares que o então mandatário perdeu mais apoio entre os eleitores mais abastados.



Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 4 – Efeitos marginais da baixa escolaridade na interação com PIB *per capita*.

Conclusões

Estudiosos de diversos países estão empenhados em entender as características da polarização política e as supostas mudanças nas relações entre partidos e bases sociais nos últimos anos. Dentre as diversas explicações oferecidas, saltam aos olhos o suposto descasamento entre as plataformas oferecidas pelos partidos de esquerda e as preferências das classes trabalhadoras, e a crise econômica que atingiu os locais e indivíduos mais vulneráveis, que os tornaria próximos da direita radical emergente.

O caso brasileiro é interessante nesse ponto de vista, pois a relação entre base social e partidos no nível presidencial se consolidou mais fortemente nos anos recentes, com o PT construindo forte base entre os mais pobres, mas esse mesmo partido estava no poder quando forte crise econômica adveio que, dentre outros fatores, levou à eleição de um dos principais representantes da direita radical mundial, constituindo a polarização entre lulismo e bolsonarismo.

Quais as bases sociais dessas forças em 2018 e 2022? Como mostrei no artigo, ainda que certos consensos tenham se formado, a literatura apresenta resultados díspares e algumas visões ainda pouco escrutinadas, particularmente sobre possíveis mudanças que ocorreram entre os dois anos. Mais do que isso, os estudos correntes têm limitações metodológicas, dado que pautados exclusivamente por dados individuais por meio de *surveys*, ou por dados agregados por municípios.

Neste artigo, lancei mão de modelos estatísticos simples ancorados em informações das seções eleitorais. Esse nível, ainda que não propriamente individual, é o mais desagregado possível e permite, ademais, não apenas relacionar os votos com informações educacionais do eleitorado, como também com a renda municipal e com as macrorregiões brasileiras. Em síntese, permite conjugar elementos micro e macro para identificação da base dos partidos.

O perfil do eleitor de Bolsonaro em 2018 foi de eleitores ricos nas regiões ricas, ressoando a base do PSDB no padrão que se consolidou em 2006. Ainda que movimentações tenham ocorrido em 2022, esse padrão não se alterou. O então incumbente de fato perdeu votos nas regiões mais desenvolvidas, especialmente entre eleitores de maior escolaridade, e conseguiu melhorar seu desempenho nos eleitores de menor escolaridade, mas o fez em regiões específicas – Norte e Centro-Oeste – e, em termos marginais, nas cidades com maior PIB *per capita*.

Assim, se o uso da máquina do governo apresentou efeito positivo entre os mais vulneráveis, não o fez de maneira evidente ou simplista tal como uma leitura da tese do governismo poderia nos levar a crer. A base construída pelo PT ao longo das eleições mostrou indícios de estabilidade mesmo após o partido ficar fora do governo por anos.

Evidentemente, a análise aqui realizada tem limitações. Primeiro, ainda que tenha sido utilizado o nível de dados oficial mais desagregado possível, o problema da falácia ecológica não pôde ser evitado, pois não se trata de dados propriamente individuais. Segundo, optei por um modelo estatístico simples e intuitivo para visualizar os padrões, mas à custa da exclusão de variáveis importantes ou mesmo da aplicação de regressões mais sofisticadas, como multinível, por exemplo. Análises posteriores podem avançar nesse sentido.

Em suma, os resultados aqui apresentados mostram que os contornos sociais da disputa partidário-eleitoral brasileira no nível nacional se mantiveram mesmo após a crise econômica que precedeu o *impeachment* de Dilma e mesmo após a subida e o exercício do poder pelo bolsonarismo.

Durante muito tempo, não se considerou que a representação eleitoral no Brasil tivesse parâmetros claros e raízes estabelecidas. O cenário que se desenhou aqui é o oposto. E é esse mesmo que parece se constituir em 2026. Mudanças serão marginais. Mas, dada a paridade de forças, essas flutuações serão decisivas para o resultado.

Agradecimento – Agradeço os comentários de Nelise Ragagnin e de Rafael Magalhães. O autor contou com financiamento de Bolsa Produtividade CNPq.

Notas

- 1 De forma a facilitar a escrita, neste texto utilizo de forma intercambiável os termos *petismo/lulismo* para falar do polo vinculado ao PT nas eleições presidenciais ao longo do tempo, bem como *bolsonarismo* para se referir ao polo representado por Bolsonaro em 2018 e 2022, mesmo tendo consciência de essas identidades abarquem outros âmbitos e de que petismo e lulismo são fenômenos distintos.
- 2 Importante lembrar que parte da Ciência Política (Borges; Vidigal, 2018) ressaltava, às vésperas do pleito de 2018, que as bases sobre as quais estariam assentadas petismo e o antipetismo eram supostamente frágeis.
- 3 Neste artigo utilizarei de forma intercambiável geográfico e contextual.
- 4 Crítica semelhante foi também apresentada em Schaefer et al. (2025) e Figueiredo et al. (2018).
- 5 Limongi e Guarnieri (2014; 2015); Limongi e Mesquita (2008); e Simoni Jr. (2020, 2017) analisaram outras eleições com esse tipo de dado, mas adotaram outras mensurações do nível socioeconômico individual e, na maioria das vezes, desconsideraram a dimensão contextual.
- 6 Ainda que existam dúvidas quanto à causalidade e a forma mais adequada de medi-la, ver Russo et al. (2022) e Moreira e Camargos (2025).
- 7 O Cadastro Eleitoral é inevitavelmente defasado, dado que não capta o aumento de escolaridade de pessoas que não transferem seu título. No entanto, considero que é razoável supor que grande parte das pessoas que tinha até Fundamental incompleto no momento da inscrição (que, segundo o período escolar ideal, ocorre durante ou após o Ensino Médio) são pobres e não avançaram sua formação escolar. Além disso, desconsiderarei os eleitores sobre os quais não se tinha informação educacional.

Referências

- AGNEW, J. Mapping politics: how context counts in electoral geography. *Political Geography*, v.15, n.2, 1996.
- ALKMIM, A. C.; TERRON, S. L. O Brasil é realmente um país polarizado? Análise das eleições presidenciais de 1989 a 2018. *Estudos Avançados*, v.36, n.106, 2022.
- ALMEIDA, R. Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. *Novos Estudos Cebrap*, v.38, n.1, 2019.
- ALMEIDA, M. H. T.; GUARNIERI, F. H. The Unlikely President: The Populist Captain and His Voters. *Revista Euro-latinoamericana de Análisis Social y Político (Relasp)*, v.1, n.1, p.139-59, 1 jun. 2020.
- AMARAL, O. E. The Victory of Jair Bolsonaro According to the Brazilian Electoral Study of 2018. *Brazilian Political Science Review*, v.14, n.1, 2020.
- ARAÚJO, V. Pentecostalismo e antipetismo nas eleições presidenciais brasileiras. *Latin American Research Review*, v.57, n.3, p.517-35, 2022.
- BAPTISTA, E. A.; TELLES, H. de S. Lava Jato: escândalo político e opinião pública. In: KERCHE, F.; FERES JÚNIOR, J. (Org.) *Operação Lava Jato e a democracia brasileira*. São Paulo: Contracorrente, 2018.

- BORGES, A.; VIDIGAL, R. Do lulismo ao antipetismo? Polarização, partidarismo e voto nas eleições presidenciais brasileiras. *Opinião Pública*, v.24, n.1, p.53-89, 2018.
- BRAGA, M. do S.; ZOLNERKEVIC, A. Padrões de votação no tempo e no espaço: classificando as eleições presidenciais brasileiras. *Opinião Pública*, v.26, n.1, 2020.
- CAMPELLO, D. When Incompetence Meets Bad Luck: Bolsonaro's Third Year In the Brazilian Presidency. *Rev. cienc. polít.*, v.42, n.2, p.203-23, 2022.
- CANÊDO-PINHEIRO, M. Bolsa família ou desempenho da economia? Determinantes da reeleição de lula em 2006. *Economia Aplicada*, v.19, n.1, 2015.
- CARREIRÃO, Y. de S.; KINZO, M. D'A. Partidos políticos, preferência partidária e decisão eleitoral no Brasil (1989-2002). *Dados*, v.47, n.1, 2004.
- FERES JÚNIOR, J. O bolsonarismo como fenômeno de opinião pública. *Opinião Pública*, v.31, 2025.
- FIGUEIREDO, A. et al. O voto do eleitor pobre nas eleições presidenciais brasileiras (1989-2014). In: FIGUEIREDO, A. C.; BORBA, F. (Org.) *25 anos de eleições presidenciais no Brasil*. Curitiba: Appris, 2018.
- FUKS, M.; MARQUES, P. Contexto e voto: o impacto da reorganização da direita sobre a consistência ideológica do voto nas eleições de 2018. *Opinião Pública*, v.26, n.3, p.401-30, 2020.
- GELMAN, A. et al. *Red state, blue state, rich state, poor state: why Americans vote the way they do*. Princeton: Princeton University Press, 2009.
- GUEDES-NETO, J. V. Voto e identificação partidária em 2018: ordenação social na política brasileira. *Opinião Pública*, v.26, n.3, 2020.
- GUIMARÃES, L. et al. Desalinhamento, realinhamento ou desvio? O PT, Bolsonaro e a geografia eleitoral em São Paulo e Rio de Janeiro. In: ARAÚJO, C. P.; ABREU, L. M. (Org.) *A ideologia ultraliberal e a fabricação de consensos*. São Paulo: Alameda, 2025.
- HOCHSCHILD, A. R. *Strangers in their own land: anger and mourning on the American Right*. S. l.: New Press, 2016.
- HUNTER, W.; POWER, T. Recompensando Lula: poder Executivo, política social e as eleições brasileiras em 2006. In: MELO, C. R.; SÁEZ, M. A. (Org.) *A democracia brasileira: balanço e perspectivas para o século 21*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.
- JUNGE, B. et al. Mobility Interrupted: A New Framework for Understanding Anti-Left Sentiment Among Brazil's "Once-Rising Poor". *Latin American Politics and Society*, v.65, n.2, 2023.
- KATZ, J.; KING, G. A statistical model for multiparty electoral data. *American Political Science Review*, v.93, n.1, 1999.
- LAYTON, M. L. et al. Demographic polarization and the rise of the far right: Brazil's 2018 presidential election. *Research and Politics*, v.8, n.1, 2021.
- LIMONGI, F.; GUARNIERI, F. A base e os partidos. *Novos Estudos Cebrap*, n.99, 2014.
- _____. Competição partidária e voto nas eleições presidenciais no Brasil. *Opinião Pública*, v.21, n.1, 2015.
- LIMONGI, F.; MESQUITA, L. Estratégia partidária e preferência dos eleitores: as eleições municipais em São Paulo entre 1985 e 2004. *Novos Estudos Cebrap*, n.81, 2008.

- LIPSET, S. M. *O homem político*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- MARZAGÃO, T. A dimensão geográfica das eleições brasileiras. *Opinião Pública*, v.19, n.2, 2013.
- MELO, M. A. Lulismo ou ‘qualunquismo’. *Valor Econômico*, 15 jan. 2014.
- MOREIRA, T.; CAMARGOS, J. C. L. “O campeão voltou”? A natureza substantiva da ideologia de massa no Brasil. *Opinião Pública*, v.31, 2025.
- MUDDE, C. *A extrema direita hoje*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2022.
- MUNDIM, P. S.; VASCONCELLOS, F.; OKADO, L. Social Networks and Mobile Instant Messaging Services in the Election of Jair Bolsonaro as President of Brazil in 2018. *Dados*, v.66, n.2, 2023.
- NICOLAU, J. M. *O Brasil dobrou à direita: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- NORRIS, P.; INGLEHART, R. *Cultural Backlash: Trump, Brexit, and Authoritarian Populism*. Cambridge University Press, 2019.
- NUNES, F. M.; TRAUMANN, T. *Biografia do abismo: Como a polarização divide famílias, desafia empresas e compromete o futuro do Brasil*. S. l.: Harper Collins, 2024.
- PIKETTY, T. *Capital e ideologia*. Rio de Janeiro: Intrínseca 2019.
- PINHEIRO MACHADO, R.; SCALCO, L. M. Da esperança ao ódio: Juventude, política e pobreza do lulismo ao bolsonarismo. *Cadernos IHU ideias*, v.16, n.278, 2018.
- RENNÓ, L. R. The Bolsonaro Voter: Issue Positions and Vote Choice in the 2018 Brazilian Presidential Elections. *Latin American Politics and Society*, v.62, n.4, p.1-23, 2020.
- RENNÓ, L. R. Bolsonarismo e as eleições de 2022. *Estudos Avançados*, v.36, n.106, 2022.
- RIBEIRO, E.; CARREIRÃO, Y.; BORBA, J. Sentimentos partidários e antipetismo: condicionantes e covariantes. *Opinião Pública*, v.22, n.3, p.603-37, 2016.
- ROBINSON, W. S. Ecological correlations and the behavioral of individuals. *American Sociological Review*, v.15, n.3, 1950.
- ROCHA, C.; SOLANO, E.; MEDEIROS, J. *The Bolsonaro Paradox: the Public Sphere and Right-Wing Counterpublicity in Contemporary Brazil*. Cham, Swiss: Springer Nature, 2021.
- RUSSO, G.; PIMENTEL JUNIOR, J.; AVELINO, G. O crescimento da direita e o voto em Bolsonaro: causalidade reversa? *Opinião Pública*, v.28, n.3, 2022.
- SAMUELS, D. J.; ZUCCO JUNIOR, C. *Partisans, antipartisans, and nonpartisans: Voting behavior in Brazil*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.
- SCHAEFER, B. M.; SIMONI JUNIOR, S.; PIAZZA, M. A. da R. Eleitor pobre, lugar pobre, eleitor “vermelho”? Análise das bases eleitorais do PT a partir de Porto Alegre. *Revista Brasileira de Ciência Política*, v.44, 2025.
- SETZLER, M. Did Brazilians vote for Jair Bolsonaro because they share his most controversial views? *Brazilian Political Science Review*, v.15, n.1, 2020.
- SIMONI JUNIOR, S. *Política distributiva e competição presidencial no Brasil: Programa Bolsa-Família e a tese do realinhamento eleitoral*. São Paulo, 2017. Tese (Doutora-

do em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

_____. Volatilidade eleitoral e sistema partidário: em busca de uma abordagem alternativa. *Teoria & Pesquisa Revista de Ciência Política*, v.28, n.3, 2020.

_____. Electoral Dividends from Programmatic Policies: A Theoretical Proposal Based on the Brazilian Case. *Brazilian Political Science Review*, v.16, n.1, 2022.

SINGER, A. Collor na periferia: a volta por cima do populismo? In: LAMOUNIER, B. (Org.) *De Geisel a Collor: o balanço da transição*. São Paulo: Sumaré; Idesp, 1990.

_____. *Os sentidos do lulismo*. São Paulo: Cia. das Letras, 2012.

_____. A reativação da direita no Brasil. *Opinião Pública*, v.27, n.3, p.705-29, 2021.

SOUZA, P. H. et al. Os efeitos do Programa Bolsa Família sobre a pobreza e a desigualdade: um balanço dos primeiros 15 anos. *Texto para Discussão*, n.2499, Ipea, 2019.

VALENTE, R.; BORBA, J.. Tropical Trump, or a very Brazilian tale? Social class resentment as a moderating factor between anti-PT sentiment and the vote for Jair Bolsonaro in 2018. *Opinião Pública*, v.29, n.1, 2023.

ZUCCO, C. The President's 'New' Constituency: Lula and the Pragmatic Vote in Brazil's 2006 Presidential Election. *Journal of Latin American Studies*, v.40, n.1, 2008.

_____. Poor places, poor voters: Persisting patterns in presidential elections in Brazil. *Working paper*, 2010.

RESUMO – Quais são as bases socioeconômicas de apoio ao PT e a Bolsonaro? A despeito do diagnóstico disseminado de que as eleições de 2018 e 2022 seriam uma expressão e um reforço de recente polarização política no país, ressoando um fenômeno mundial de emergência da direita radical, a literatura apresenta resultados díspares sobre essa questão, além de apresentar limitações metodológicas e lacunas, notadamente sobre as mudanças que ocorreram entre os dois pleitos. A partir de modelos baseados em dados eleitorais e educacionais desagregados ao nível das urnas, e de informações sobre os municípios nos quais estão localizadas, mostro que a base de Bolsonaro é composta principalmente por eleitores de alto perfil social habitantes de regiões ricas. Ainda que movimentações tenham ocorrido em 2022, esse padrão não se alterou, mostrando a importância de contornos sociais de longo prazo da disputa partidário-eleitoral brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: PT, Lulismo, Bolsonaro, Bolsonarismo, Polarização.

BSTRACT – What are the socioeconomic bases of support for the Workers' Party (PT) and for Bolsonaro? Despite the widespread view that the 2018 and 2022 elections represented both an expression and a reinforcement of recent political polarization in the country—echoing a broader global phenomenon of the rise of the radical right—the literature offers mixed findings on this issue, in addition to presenting methodological limitations and important gaps, particularly regarding the changes that occurred between the two elections. Using models based on electoral and educational data disaggregated at the polling-station level, as well as information on the municipalities in which they are located, I show that Bolsonaro's support base is composed primarily of high-status voters living in affluent areas. Although some shifts occurred in 2022, this

pattern remained largely unchanged, highlighting the importance of the long-term social contours of Brazilian party-electoral competition.

KEYWORDS: PT, Lulismo, Bolsonaro, Bolsonarism, Polarization.

Disponibilidade de dados de pesquisa

Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

Declaração de conflito de interesse

Não há conflito de interesse declarado.

Editores

Sérgio Adorno e Dario Luis Borelli

Sergio Simoni Junior é professor doutor do Departamento e do Programa de Pós-Graduação de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. @ – sergiojr_ssj@yahoo.com.br / <https://orcid.org/0000-0002-1984-9528>.

Recebido em 29.04.206 e aceito em 27.5.2026.

¹ Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, Brasil.

Anexo

Tabela A – Resultados completos dos modelos de regressão de interação entre % baixa escolaridade por urna e macrorregião

	% Bolsonaro 2018	% Bolsonaro 2022	Δ % Bolsonaro 2022-2018
% Baixa Escolaridade	-0.501*** (0.002)	-0.441*** (0.002)	0.117*** (0.001)
(Nordeste)			
Sudeste	19.82*** (0.115)	10.983*** (0.104)	-9.863*** (0.047)
Sul	26.852*** (0.144)	20.567*** (0.132)	-6.174*** (0.059)
Centro-Oeste	24.475*** (0.173)	22.296*** (0.186)	-5.614*** (0.084)
Norte	20.477*** (0.174)	18.061*** (0.162)	-2.482*** (0.073)
% Baixa Esc *Sudeste	0.259*** (0.002)	0.250*** (0.002)	0.009*** (0.001)
% Baixa Esc *Sul	0.135*** (0.003)	0.186*** (0.003)	0.029*** (0.001)
% Baixa Esc *Centro-Oeste	0.146*** (0.004)	0.109*** (0.005)	0.048*** (0.002)
% Baixa Esc *Norte	-0.031*** (0.003)	0.018*** (0.003)	0.073*** (0.002)
Constante	54.062*** (0.093)	48.94*** (0.085)	-4.719*** (0.039)
N	448.827	460.083	422.606
adj. R^2	0.6729	0.5626	0.5312

Erros-padrões em parênteses. * $p < 0.1$, ** $p < 0.05$, *** $p < 0.01$

Tabela B – Resultados completos dos modelos de regressão de interação entre % baixa escolaridade por urna e quintis de PIB *per capita*

	% Bolsonaro 2018	% Bolsonaro 2022	Δ % Bolsonaro 2022-2018
% Baixa Escolaridade	-0.402*** (0.003)	-0.418*** (0.003)	0.091*** (0.001)
(Quintil 1 – Mais pobre)			
Quintil 2	13.170*** (0.238)	6.13*** (0.194)	-5.375*** (0.092)
Quintil 3	17.412*** (0.229)	12.173*** (0.187)	-5.499*** (0.089)
Quintil 4	27.495*** (0.225)	14.205*** (0.184)	-8.855*** (0.087)
Quintil 5 – Mais rico	22.042*** (0.223)	10.130*** (0.184)	-11.007*** (0.088)
% Baixa Esc * Quintil 2	0.122*** (0.004)	0.187*** (0.004)	0.043*** (0.002)
% Baixa Esc * Quintil 3	0.213*** (0.004)	0.241*** (0.004)	0.013*** (0.002)
% Baixa Esc * Quintil 4	0.125*** (0.004)	0.255*** (0.004)	0.046*** (0.002)
% Baixa Esc * Quintil 5	0.137*** (0.004)	0.254*** (0.004)	0.085*** (0.002)
Constante	50.065*** (0.196)	48.751*** (0.158)	-3.824*** (0.075)
N	448.827	460.083	422.606
adj. R ²	0.5246	0.4443	0.3429

Erros-padrões em parênteses. * $p < 0.1$, ** $p < 0.05$, *** $p < 0.01$